



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12543 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência no Brasil: uma pesquisa bibliográfica  
 Ana Lúcia Amaral Freitas Ribeiro - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
 Máira Tavares Mendes - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
 Agência e/ou Instituição Financiadora: Financiamento Próprio

### **Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência no Brasil: uma pesquisa bibliográfica**

## **INTRODUÇÃO**

Este resumo tem como objetivo analisar como é abordado o movimento social brasileiro das pessoas com deficiência em algumas bases de dados, tendo como recorte temporal os anos de 2017 a 2021. A pesquisa foi realizada nos meses de junho e julho de 2022 e partiu de uma inquietação da pesquisadora ao observar um diagrama apresentado por GOMES (2021, p. 126), que discute os movimentos sociais e a possibilidade de comunicação e cumplicidade em torno do alvo comum a ser superado, mediante a luta do coletivo.

Na discussão, (Gomes, 2021, p. 125), aponta o sofrimento humano causado pelo “racismo, o patriarcado e o capitalismo global, alimentados pelas várias formas de discriminação e pelo colonialismo, do poder, do ser e do saber, como sendo o alvo comum que mobiliza a referida luta”. Nessa discussão, percebe-se que a autora citou diversos movimentos sociais e, dentre os quais, não constava o movimento social das Pessoas com deficiência-PCD. Nessa perspectiva, esse estudo pretende responder às seguintes questões: como as pesquisas acadêmicas abordam a temática do movimento social das pessoas com deficiência? É possível identificar uma tendência de unificação do movimento?

Falar sobre movimentos sociais das PCD no Brasil é pensar no processo histórico de invisibilização vivido por esse público, que foi sempre marcado por preconceito, discriminação e negação. No âmbito educacional, inicialmente as PCD “buscaram o acesso à educação formal seguindo o modelo dos institutos de internatos Europeus, onde estes sujeitos

eram internados e excluídos ao convívio social” (PADUA, 2018, p.146). As instituições às quais Pádua (2018) se refere tinham caráter assistencialista e não de direitos.

De acordo com Lana Júnior (2010), na década de 1950 surgiram os centros de reabilitação com o objetivo de atender as pessoas vítimas do surto de poliomielite, que era uma das principais causas de deficiência no Brasil na época. Nesse contexto, a deficiência era vista na perspectiva médica, que de acordo com França (2013), concebe a deficiência como um fenômeno biológico, resultado de um corpo lesionado, consequência de algum tipo de doença, que gera “incapacidades”. Esse modelo defende a ideia que são as “incapacidades” as provocadoras das desvantagens sociais e, portanto, para minimizá-las “os corpos” necessitariam de intervenções médicas para melhor funcionamento e diminuir as desvantagens sociais. Dessa forma, o foco era a reabilitação para que as pessoas pudessem retornar a sociedade, que permanecia sem mudanças. Essa visão se contrapõe ao modelo social da deficiência, o qual compreende a deficiência [...] “como um estilo de vida imposto às pessoas com determinadas lesões no corpo, marcado principalmente pela exclusão e opressão vivenciadas” [...] (FRANÇA, 2013, p.62). Nessa perspectiva, a sociedade é que precisa de intervenção para assegurar a participação das pessoas com deficiência, considerando as necessidades específicas.

É nesse contexto, que “a luta pela visibilidade e voz ganhou espaço no Brasil em um momento coincidente com o declínio do regime militar” (MALISCA e FRACARO, 2021, p.347) e, a partir da década de 1970, que surgem as organizações das pessoas com deficiência, o que é o foco deste estudo.

## **DESENVOLVIMENTO**

Esse estudo delinea-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, realizada nas bases de dados Portal de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital de Teses e dissertações - BDTD. No Portal de Periódicos da CAPES, no período de 2017 a 2021, na busca foi realizada por meios dos descritores: “movimento social”, deficiência, Brasil, utilizando-se do campo de busca por assunto, apareceram 57 estudos, contudo, após leitura dos títulos e resumos apenas 3 abordavam a temática em questão. Na BDTD, utilizando os mesmos descritores apareceram 7 estudos, contudo, após leitura dos resumos, nenhum tratava especificamente da temática. Diante desse resultado, foi testada uma variação dos descritores, colocando “movimentos sociais”, “deficiência” e substituindo Brasil por “ensino”. Dessa forma apareceram 20 estudos, que ao fazermos uma leitura dos títulos e resumos, apenas 2 discutiam de alguma forma a temática em questão, sendo um deles a dissertação de mestrado de um dos autores de um artigo com a mesma temática identificado no Portal de Periódicos da CAPES. Os estudos serão analisados a seguir.

De acordo com o descrito no parágrafo anterior, foram identificados 5 estudos, sendo 3 artigos no Portal de periódicos da CAPES, a saber: Maior (2017), que aborda as conquistas das pessoas com deficiência no Brasil ao longo dos tempos, mediante as transformações

conceituais da deficiência e da luta coletiva por direitos; Amorim, *et. al.* (2019), que discute a organização do movimento social das pessoas com deficiência, suas reivindicações e conquistas no âmbito educacional; Maliska e Fracaro (2021), que discute a importância dos movimentos sociais, mediante a participação das pessoas com deficiência nos avanços conceituais, sobretudo na ruptura do modelo médico para o modelo social da deficiência. Na BDTD, foram identificados dois estudos (dissertações): Pádua (2018), que analisa as contribuições dos movimentos sociais organizados das pessoas com deficiência para o ingresso e permanência desse público no ensino superior; e Amorim (2018), que traz uma discussão em torno do processo de elaboração das leis voltadas para os direitos educacionais das pessoas com deficiência na Assembleia Nacional Constituinte, com ênfase no período 1987/1988, e na participação das pessoas com deficiência nesse processo.

Com pouco material de pesquisa, foi feita uma busca no Google, que nos levou a um livro de Lana Júnior, (2010), o qual trata da história do movimento político das pessoas com deficiência, trazendo o percurso da luta por direitos. Levou-nos também a Gugel (2016), que traz toda uma discussão em torno da identidade da pessoa com deficiência, a evolução do conceito de deficiência nas declarações e convenções internacionais, além de discutir os direitos das PCD.

Esses estudos dialogam em muitos aspectos. Com relação à organização das pessoas com deficiência enquanto grupo organizado, tanto Lana Júnior (2010), quanto Maior (2017), Maliska e Fracaro (2021) apontam o final da década de 1970, que o movimento das pessoas com deficiência assume o cunho político. Inicialmente, o princípio dessas organizações era o assistencialismo (LANA JÚNIOR, 2010), e posteriormente a partir do surgimento do modelo social da deficiência, essa consciência resultou na luta por direitos em associações (MAIOR, 2017). O histórico de discriminação - ora expresso, ora velado, mas sempre presente - passou a ser contestado por movimentos sociais (MALISKA; FRACARO, 2021, p.347). Em 1979 foi a primeira vez que diferentes grupos (associações) das PCD se unem na tentativa de formar um movimento representativo das pessoas com deficiência em nível nacional, uma vez que as ações dos grupos eram isoladas, sem comunicação. O intuito era a criação de uma estrutura sistêmica para o movimento de luta das pessoas com deficiência, que foi denominada de Coalização Pró-federação Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência. Foi justamente nesse contexto que as ações deixam o cunho assistencialista para assumir objetivos políticos de luta por direitos e protagonismo. (LANA JÚNIOR, 2010).

Ainda de acordo com Lana Júnior (2010), em 1980, acontece em Brasília o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, sendo a primeira vez que grupos de pessoas com deficiência, até então isolados (associações) se encontraram fisicamente, numa perspectiva de se conhecerem e identificarem as causas de cada grupo para que se tornassem causas comuns na luta por direitos. Esse encontro [...] “foi positivo em diversos aspectos, pois marcou a força política das pessoas com deficiência no cenário nacional e as aproximou” (LANA JÚNIOR, 2010, p.40). Esse sentimento de força política foi potencializado no ano de 1981, decretado pela Organização das Nações Unidas- ONU como Ano Internacional das

Pessoas com Deficiência, que foi um marco importante para esse público, uma vez que “colocou as pessoas com deficiência no centro das discussões, no mundo e também no Brasil (LANA JÚNIOR, 2010, p. 35). Conforme aponta Amorim, et. al (2019),

[...] essa iniciativa tinha como objetivo o desenvolvimento capitalista, propondo um atendimento especializado, incluindo a educação, visando preparar essas pessoas para o mercado de trabalho, liberando seus cuidadores para exercerem funções consideradas produtivas no mercado de trabalho. (Amorim, et. AL. p. 20, 2019)

Apesar dessa perspectiva utilitarista fundada no desenvolvimento capitalista, as pessoas com deficiência tiveram ganhos, conforme evidencia Maior (2017),

[...] à atuação no processo constituinte quando não se permitiu uma cidadania separada para as pessoas com deficiência e sim a inserção dos seus direitos nos diversos capítulos da Constituição de 1988. (MAIOR, 2017, p.31)

Em 1983 acontece em São Bernardo do Campo, o III Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência. De acordo com Amorim, *et. al* (2019), a meta era criar a Federação Nacional com cunho representativo dos diferentes grupos por tipo de deficiência nas suas reivindicações por direitos. Contudo, as pautas das pessoas com deficiência com toda a sua diversidade de necessidades não coube em um movimento mais amplo, sendo, portanto, proposto a [...] “divisão das entidades representativas por tipo de deficiência” [...]. (AMORIM, *et. al*, 2019, p. 20). Dessa forma, os diferentes movimentos sociais das pessoas com deficiência prosseguiram em busca dos seus direitos.

Com relação aos direitos educacionais [...] o direito de matrícula no ensino regular passou a ser obrigatório a partir do momento em que a educação passou a ser direito subjetivo de todos [...] (AMORIM, 2018, p. 132). Essa conquista reverberou em tantas outras e não podemos deixar de considerar o avanço significativo alcançado pelos movimentos das pessoas com deficiência, uma vez que a Constituição Federal de 1988 ao trazer que o atendimento educacional especializado deve ser preferencialmente na rede regular de ensino, abriu possibilidades para que esse público tivesse acesso ao trabalho pedagógico (Amorim, *et. al* (2019). Nessa perspectiva, já se pode vislumbrar a saída desse público da condição de segregação para a inclusão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo realizado foi possível tirar breves conclusões: no período pesquisado (2017 a 2021), são poucos os estudos acadêmicos sobre os movimentos sociais, foram apenas 5 no período, considerando as duas bases de dados pesquisadas; a tentativa de movimento unificado das pessoas com deficiência deu lugar aos diferentes movimentos sociais, que embora fragmento por tipo de deficiência permanece firmes no propósito da busca por direitos e efetivação dos já garantidos pela legislação vigente. Os estudos abordam a trajetória histórica da tentativa de formação de um movimento unificado e a decisão coletiva por fragmentá-los por tipos de deficiência; discutem a participação importante das PCD no

processo da Constituição de 1988 e as conquistas (direito à educação, ao atendimento educacional especializado na perspectiva pedagógica, dentre outras); apontam o investimento dos movimentos políticos das pessoas com deficiência no processo de mudança de cultura na transição da tutela para a autonomia, conforme bem afirmou Maior, 2017. Compreendemos que houve avanços nos aspectos conceituais, que reverberaram em novos olhares da sociedade para o protagonismo desse público, inclusive, na luta por direitos. Conforme aponta Maior (2017), as leis brasileiras de inclusão são consideradas bem abrangentes. Contudo ainda há um longo caminho de luta para a verdadeira efetivação.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Joyce Fernanda Guilanda de; RAFANTE, Heulália Charalo; CAIADO, Katia Regina Moreno. **A organização política das pessoas com deficiência no Brasil e suas reivindicações no campo educacional.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria (RS), v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38129>. Acesso em: 13 jul. 2022.

AMORIM, Joyce Fernanda Guilanda de. **Pessoa com deficiência na Assembleia Nacional Constituinte.** Dissertação de Mestrado, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10396>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Emendas Constitucionais. Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

FRANÇA, Thiago Henrique. **Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social.** *Lutas Sociais*, São Paulo, vol 17 n° 31, p.59-73, jul./dez. 2013. Disponível em : <https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>. Acesso em 13 jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, Rj: Vozes, 2017.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta.** Ed. da UCG, 2016. 355p. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/PESSOAS-COM-DEFICI%C3%80NCIA-E-O-DIREITO-AO-CONCURSO-P%C3%90ABLICO-MARIA-APARECIDA-GUGEL-20161.pdf>

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. Disponível em: [iles.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/História\\_do\\_Movimento\\_Político\\_das\\_Pessoas\\_com\\_Defic](http://iles.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/História_do_Movimento_Político_das_Pessoas_com_Defic) 1473201976. Acesso em: 13 jul. 2022.

MAIOR, S.M.M.DE. L. Movimento Político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. Inc. Soc. Brasília- DF, Vol. 10, N.02, 2017, p. 28-36. Disponível em: <file:///C:/Users/Erivaldo/Downloads/grmb,+art-02-inc.soc.v8-n2-art-02.pdf>. Acesso em: 13

Jul. 2022.

MALISCA, M. Augusto; FRACARO, Beatriz. **“Nada sobre Nós sem Nós”**. **Movimentos Sociais e a ruptura do paradigma moderno de deficiência**. *Rev. Quaestio Iuris*. Rio de Janeiro, Vol. 15, N.01, 2022, p. 345-376. Disponível em: <file:///C:/Users/Erivaldo/Downloads/61539-231097-2-PB.pdf>> Acesso em: 13 Jul. 2022.

PÁDUA, Iva José de. **O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. Disponível em [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3976/5/Iv%c3%a3\\_P%c3%a1dua2018.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3976/5/Iv%c3%a3_P%c3%a1dua2018.pdf). Acesso em: 22 Jun. 2022.